

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 30 de outubro de 2024 • Nº 1921 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CÂMARA

Lira manobra e barra votação do PL da Anistia na CCJ

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) anunciou ontem a criação de uma comissão especial para analisar o projeto de lei 2.858 de 2022, que concede anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Com a manobra política de Lira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara cancelou a sessão prevista para votar o projeto ontem à tarde. Com a criação da comissão, a tramitação do projeto pode se arrastar por até 40 sessões do plenário da Casa, atrasando uma possível aprovação da medida. O presidente afirmou que a comissão seguirá rigorosamente os ritos e prazos regimentais. "Sempre com a responsabilidade e o respeito que são próprios deste Parlamento. E também nessa temática, é preciso buscar a formação de eventual convergência." "O tema deve ser devidamente debatido pela Casa. Mas não pode jamais, pela sua complexidade, se converter em indevido elemento de disputa política", disse Lira. **PÁGINA 5**

BICHEIRO

Preso, Rogério de Andrade será levado a presídio federal

O bicheiro Rogério de Andrade será transferido para presídio federal, de acordo com informações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conforme decisão judicial, ele vai aguardar em Bangu 1 (presídio de segurança máxima do Rio) até a transferência ser realizada. Ontem, ele foi preso acusado novamente pelo MP de ser o mandante do assassinato do rival Fernando Miranda Iggnácio, genro de Castor de Andrade, um dos mais famosos contraventores da história do Rio, em crime ocorrido em novembro de 2020. A ação foi conduzida pelo Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência. Também foi cumprido mandado de prisão contra Gilmar Eneas Lisboa. A defesa também não foi localizada. O GAECO/MPRJ denunciou os dois à Justiça pelo homicídio qualificado de Iggnácio. **PÁGINA 6**

ATAQUE AOS PODERES

8/1: PF aponta falhas na segurança do DF

A investigação da Polícia Federal (PF) sobre a atuação das forças de segurança do Distrito Federal durante os ataques aos Três Poderes, ocorridos em 8 de janeiro de 2023, identificou falhas "evidentes" por parte dos responsáveis durante a tentativa de golpe. O documento foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, encaminhou o relatório à Procuradoria-Geral da República (PGR) na segunda-feira passada, para que se

manifeste sobre o conteúdo. O documento destaca a ausência do ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres no dia do ato. Nomeado para liderar a pasta logo após deixar o comando do Ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PL), ele viajou de férias para Orlando, nos Estados Unidos, na antevéspera dos ataques. Acusado de conduta omissa, Torres foi preso quando retornou ao País, uma semana depois. **PÁGINA 5**

LAVA JATO

Gilmar anula condenações de Moro impostas a Dirceu



LULA MARQUES/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou as condenações impostas ao ex-ministro José Dirceu na Lava Jato, em um novo revés para a operação. A decisão atendeu ao pedido da defesa do ex-titular da Casa Civil e estendeu os efeitos do entendimento da Segunda Turma da Corte, que, em 2021, declarou a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro ao condenar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ação penal do tríplex do Guarujá (SP). O procurador-geral da República, Paulo Gonet, havia defendido em parecer que a solicitação de Dirceu para anular duas sentenças de autoria de Moro - uma de 23 anos e outra de 11 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro - fosse rejeitada. Se a Procuradoria apresentar recurso contra a medida de Gilmar, o tema será levado para a Segunda Turma do STF, colegiado que declarou a suspeição de Moro. No despacho, dado ontem, o ministro do STF mencionou "sete indícios de quebra da imparcialidade" de Moro enquanto titular da 13ª Vara Federal de Curitiba e falou em "conluio" envolvendo o então juiz e procuradores da extinta força-tarefa da operação. "O consórcio seguia cartilha mais ampla: a ideia era garantir que o juiz estivesse na dianteira de uma narrativa que culminaria na efetivação de um projeto de poder, cujo itinerário passava por deslegitimar o PT e suas principais lideranças, como José Dirceu", diz trecho da decisão. **PÁGINA 5**

AGENDA



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Haddad diz que não há veto de Lula em 'corte de gastos'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), disse ontem, que as conversas em torno da agenda de corte de gastos estão avançando e reiterou que não há veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às medidas. Ele afirmou que a equipe econômica tem feito as contas para "fazer uma coisa ajustadinha". "Ele (Lula) está pedindo informações e nós estamos fornecendo as informações que ele está pedindo", disse Haddad aos jornalistas. O ministro reforçou que terá novas reuniões com o chefe do Executivo esta semana, mas evitou cravar uma data para divulgação do pacote de gastos. "Não tem uma data. Ele que vai definir", afirmou. Haddad disse ainda que a equipe econômica está fazendo as contas para apresentar um pacote de medidas ajustado ao presidente. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,37% / 130.729,93 / -482,65 / Volume: R\$ 17.212.050.116 / Negócios: 3.145.933				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,62% (set.)	EURO turismo	Compra: 6,2972	Venda: 6,4772			
Mais Negociados				Máximas		Mínimas		Taxa Selic		DÓLAR comercial		DÓLAR turismo			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(18/09)	(18/09)	Compra: 5,7140	Venda: +0,27%	Compra: 5,7604	Venda: 5,7610	
HAPVIDA ON NM	3,60	-2,96	-0,11	ECRUSUL PN	1,95	+13,37	+0,23	PARANAPANEMAON NM	0,91	-13,33	-0,14	S&P 500	42.233,05	-0,36	
BRADESCO PN N1	14,98	-1,45	-0,22	BRB BANCO PN	9,99	+11,62	+1,04	HERCULES PN	6,30	-9,61	-0,67	NASDAQ Composite	18.712,748	+0,78	
AZUL PN N2	5,83	-4,58	-0,28	SEQUOIA LOG ON NM	4,090	+9,07	+0,340	INEPAR PN	1,50	-8,54	-0,14	Nasdaq 100	20.550,652	+0,98	
B3 ON NM	10,83	-0,55	-0,06	WETZEL S/A PN	10,79	+8,01	+0,80	COPEL PNA N2	11,00	-8,33	-1,00	Euronext 100	1.476,14	-0,41	
PETROBRAS PN N2	36,01	-0,22	-0,08	WESTWING ON NM	0,830	+6,41	+0,050	SANSUY PNA	4,60	-7,82	-0,39	CAC 40	7.511,11	-0,61	

MERCADOS

Com pressão no câmbio, Bolsa cai 0,37%, aos 130,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de retomada da pressão no câmbio, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lutou até o início da tarde, mas não conseguiu segurar a linha dos 131 mil pontos, convergindo para os 130.729,93 pontos, em baixa de 0,37% no fechamento. Ontem, oscilou dos 130.693,36 aos 131.764,70 pontos, saindo de abertura aos 131.214,17 pontos. O giro financeiro permaneceu moderado na sessão, a R\$ 17,1 bilhões. Na semana, a Ibovespa (Índice Bovespa) ainda avançou 0,64%, cedendo 0,82% no mês e 2,58% no ano.

Enquanto aguarda a definição do governo sobre cortes de gastos, tanto o dólar como a curva de juros doméstica se mantiveram em alta, refletindo também ambiente externo um pouco mais crispado.

Na Bolsa, um número limitado de ações da carteira do Ibovespa conseguiu contornar a cautela e fechar o dia em alta, com destaque para Minerva (+3,02%), Marfrig (+2,98%) e Embraer (+2,41%).

No lado oposto do Ibovespa ontem, Santander (-5,13%), TIM (-4,94%) e Azul (-4,58%). Entre as blue chips, as perdas no setor financeiro fo-

ram lideradas pela Unit de Santander, na mínima do dia no fechamento, após a operação brasileira do banco espanhol reportar resultados do terceiro trimestre, abrindo a temporada para os grandes bancos.

A ação de maior peso no Ibovespa, Vale ON, devolveu a alta vista mais cedo e fechou o dia em baixa de 0,35%, em sessão negativa também para Petrobras (ON -0,25%, PN -0,22%), com o petróleo ainda em ajuste aos mais recentes desdobramentos no Oriente Médio.

DÓLAR

O dólar ganhou terreno ontem à tarde e encerrou a terça-feira, a R\$ 5,7616 no segmento à vista, maior valor de fechamento desde 30 de março de 2021, quando fechou a R\$ 5,7619, e com o real tendo o pior desempenho entre as principais moedas emergentes.

No segmento à vista, o dólar encerrou em alta de 0,92%, a R\$ 5,7616, com máxima intradia a R\$ 5,7672. Às 17h06, o contrato futuro para novembro avançava 0,81%, a R\$ 5,7590. O DXY, que mede a divisa americana contra seis rivais fortes fechou praticamente estável, aos 104,305 pontos (-0,01%).

AGRICULTURA

Mapa rebate empresas UE e diz que país tem legislação rigorosa

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Em resposta a empresas europeias que optaram por interromper a aquisição de soja brasileira, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) emitiu nota na noite desta terça-feira afirmando que o Brasil conta com uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo.

"O Brasil conta com uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo, apoiada por um sistema de comando e controle eficiente e respaldado por uma complexa estrutura de monitoramento e fiscalização.

Esse sistema tem permitido ao país combater o desmatamento ilegal com políticas públicas que abrangem o Cerrado, a Amazônia e outras regiões sensíveis, assegurando que a produção agrícola seja feita de maneira responsável e sustentável", disse o Mapa em nota.

No início do mês, a Comissão Europeia propôs o adiamento - de dezembro de 2024 para dezembro de 2025 - da entrada em vigor da lei antidessmatamento da União Europeia (UE). Oficialmente chamada de Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Dessmatamento (EUDR), a lei determina que os importadores europeus deverão fiscalizar suas cadeias de suprimento com objetivo de garantir que os produtos importados não venham de áreas desmatadas.

"O Brasil considera as normas do EUDR arbitrárias, unilaterais e punitivas, tendo em vista que desconsideram particularidades dos países produtores e impõem exigências com impactos significativos sobre os custos e a participação de pequenos produtores no mercado europeu", diz o documento do Mapa.

O ministério afirmou ainda que as novas normas dificultam o acesso ao mercado europeu de produtos brasileiros, da América Latina e de outras origens, como a Ásia. "Incentivos positivos são mais eficazes na promoção da proteção ambiental, dispensando e remunerando aqueles que prestam serviços ambientais", diz o documento.

De acordo com o Mapa, a agricultura brasileira tem compromisso com um comércio justo e ambientalmente responsável. Os dados do setor brasileiro, segundo a pasta, demonstram um descolamento positivo em termos de ganhos de produtividade e redução de impactos negativos em comparação a outros países.

"O Brasil está pronto para colaborar, mas exige ser tratada com a mesma justiça e equilíbrio que pautam as relações comerciais internacionais devendo ser rechaçadas posturas intempestivas e descabidas como anunciadas por empresas europeias, com forte presença de atividade também no mercado brasileiro", diz o documento.

AGENDA

Haddad diz que não há veto de Lula em 'corte de gastos'

GIORDANNA NEVES/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que as conversas em torno da agenda de corte de gastos estão avançando e reiterou que não há veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às medidas. Ele afirmou que a equipe econômica tem feito as

contas para "fazer uma coisa ajustadinha".

"Ele (Lula) está pedindo informações e nós estamos fornecendo as informações que ele está pedindo", disse Haddad aos jornalistas.

O ministro reforçou que terá novas reuniões com o chefe do Executivo esta semana, mas evitou cravar uma data para divulgação do pacote de gastos. "Não

tem uma data. Ele Lula que vai definir", afirmou.

Haddad disse ainda que a equipe econômica está fazendo as contas para apresentar um pacote de medidas ajustado ao presidente.

Questionado sobre a estimativa de corte de despesas em torno de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões, o ministro disse que não sabe de onde saiu esse número. "Eu nun-

ca divulguei o número para vocês. Eu não divulgo o número. Porque o número sai depois da decisão tomada", afirmou.

O ministro disse que vai se reunir agora com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), mas não antecipou o tema do encontro.

MENOS DE 2 ANOS

BNDES aprova R\$ 26,9 bilhões em apoio à exportação de bens

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem, ter aprovado R\$ 26,9 bilhões em operações de apoio à exportação de bens em menos de dois anos. O montante considera a gestão da atual direção do banco, com dados desde 2023 até setembro de 2024. "Esse valor supera a soma dos seis anos anteriores, período em que o banco de fomento aprovou R\$ 21,5 bilhões para o setor", informou o BNDES, em nota distribuída à imprensa.

As aprovações feitas neste ano, entre janeiro e setembro de 2024, alcançaram R\$ 13,4 bilhões, apenas ligeiramente abaixo dos R\$ 13,5 bilhões obtidos ao longo de todo o ano de 2023.

"Apoiar a exportação industrial, especialmente aquelas com alto valor agregado, é fundamental, uma vez que outros países também estão adotando políticas semelhantes. Cerca de 98% do mercado mundial está fora do Brasil e nossas empresas precisam disputar esse espaço, gerando emprego de qualidade no Brasil e aumentando a escala e a

competitividade da nossa indústria, o que certamente também contribui para a retomada do desenvolvimento", defendeu o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em nota.

O BNDES ressaltou que não financia a exportação de serviços prestados por companhias brasileiras desde 2015. O banco de fomento aguarda a aprovação de um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que viabilize a retomada dessa modalidade de crédito.

"Para viabilizar a retomada dessa política pública, em linha

com os padrões internacionais e alinhados com o Tribunal de Contas da União (TCU), o BNDES aguarda a aprovação do PL 5719/2023, que autoriza o Banco a constituir subsidiárias integrais ou controladas, e altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. O PL, que dá mais transparência às diretrizes para o financiamento do BNDES à exportação de serviços, segue em tramitação na Câmara dos Deputados", esclareceu o banco.

IPEA

Estudo revela distorções no sistema tributário no Brasil

GILBERTO COSTA/ABRASIL

Diagnóstico publicado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela distorções do sistema tributário brasileiro que permitem que os contribuintes mais ricos paguem proporcionalmente menos impostos do que pessoas com rendimentos menores, como os trabalhadores assalariados.

De acordo com estudo assinado pelo economista Sérgio Wulff Gobetti, pesquisador de carreira do Ipea, "os rendimentos do capi-

tal são, em geral, menos tributados que os do trabalho", e "os mais ricos têm uma maior proporção de suas rendas relacionadas à remuneração do capital, disto resulta uma incidência do imposto de renda pouco progressiva ou até regressiva no topo da pirâmide."

A análise considera o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL). Os dados são da Receita Federal do Brasil.

Aproximadamente 800 mil contribuintes com renda média de R\$ 449 mil por ano pagam no máximo 14,2% de alíquota, o mesmo percentual usado para calcular o Imposto de Renda devido por uma pessoa assalariada que receba R\$ 6 mil de vencimentos.

A alíquota de 14,2% é o ponto máximo de tributação entre os contribuintes mais ricos. A partir daí, cessa a progressividade da cobrança de impostos e contribuições, e as alíquotas diminuem paulatinamente à medida que os

rendimentos dos declarantes aumentam.

Quando a renda média anual é de R\$ 1,053 milhão, valor obtido por 1% dos contribuintes mais ricos (1,536 milhão de pessoas), a alíquota cai para 13,6%. Se a renda média anual sobe para R\$ 5,295 milhões (obtida por 153 mil pessoas, 0,1% dos declarantes), a proporção de Imposto de Renda a pagar desce para 13,2%. Se a renda média anual alcança R\$ 26,036 milhões (obtida pouco mais de 15 mil pessoas, 0,01% dos declarantes) a alíquota chega a 12,9%.

DIREÇÃO

IBGE pede ação de procuradoria contra paralisação de servidores

DANIELA AMORIM/AE

A direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enviou ofício ontem, à procuradoria federal no órgão solicitando "medidas judiciais" contra a paralisação temporária de servidores marcada para amanhã. O documento menciona riscos à divulgação de pesquisas agendadas, entre elas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que apura a evolução do mercado de trabalho no País.

No documento, a direção resalta que a paralisação tem caráter "abusivo" e "ilícito" e alega necessidade de "proteção do interesse nacional" contra o movimento.

O ofício, assinado pela "presidente substituta" Flávia Vinhaes Santos, informa que a direção foi comunicada pelo sindicato que a paralisação de 24 horas foi votada e aprovada pelos servidores do Complexo Chile, no centro da capital fluminense, sob a justificativa de "negativa de diálogo" com o Conselho.

Segundo o documento, as di-

vulgações "diretamente atingidas pela ocorrência do movimento no dia 31/10/2024" incluiriam a Pnad Contínua referente ao trimestre móvel terminado em setembro, os Arquivos das Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC, para o georreferenciamento de precisão de outubro, os Arquivos das Estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG, visando o monitoramento das variações do nível do mar de outubro, os Arqui-

vos de ¼ de hora (15 minutos) de dados GNSS das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC disponibilizados na Internet ao longo do dia (Projeto AMPL RBMC) de outubro, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais: Perfil dos Estados Brasileiros (Estadic) 2023 e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) 2023.

"Pela descrição dos fatos, solicitamos à Procuradoria Federal adotar providências jurídicas relativas ao caráter abusivo e ilícito do movimento de paralisação previsto para o dia 31/10/2024, particularmente buscando a proteção do interesse nacional que diz respeito a não entrega de resultados de pesquisas do IBGE", declara a presidente substituta, no ofício.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

EMPRESAS

Aneel: consulta discute efeitos da antecipação de valores

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A previsão inicial do governo federal de que a quitação antecipada de valores devidos às distribuidoras de energia elétrica - por conta da pandemia, em 2020, e da escassez hídrica, em 2022 - resultaria em uma economia de R\$ 510 milhões a serem abatidos nas contas de luz dos brasileiros foi revista pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para cerca de R\$ 46,5 milhões.

Diante da situação, apresentada pelo diretor da Aneel Fernando Mosna nesta terça-feira, tendo por base cálculos apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Aneel aprovou a abertura de consulta pública para discutir proposta de regulamentação dos desdobramentos tarifários da quitação antecipada da Conta Covid, aberta em 2021 para cobrir despesas durante a pandemia, e a Conta Escassez Hídrica,

criada em 2023 para ajudar o setor elétrico a lidar com a redução do volume de água em alguns rios.

"A consulta dará transparência aos efeitos da medida de forma desagregada por distribuidora e também discutirá encaminhamentos no tratamento entre os consumidores cativos e livres, além da criação de componentes financeiros para refletir a quitação nas tarifas", informou a Aneel.

As contribuições para a consulta pública poderão ser enviada para o e-mail cp029_2024@aneel.gov.br entre os dias 30 de outubro e 13 de dezembro deste ano.

A fim de obter um detalhamento mais aprofundado sobre os cálculos que levaram a esse resultado, foi aprovada também a instauração de processo de fiscalização para avaliar a atuação da CCEE em todos os aspectos envolvidos na operação de crédito.

TRIBUTOS

Prazo para adesão ao programa Litígio Zero termina amanhã

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Interessados em participar do Programa Litígio Zero têm até as 18h do dia 31 de outubro para acessar a página da Transação Tributária e aderir ao serviço, de forma a regularizar a situação fiscal junto à Receita Federal.

O site apresenta também informações sobre requisitos e modalidades, além de orienta-

ções sobre como fazer a adesão.

Voltado para atender pessoas físicas e jurídicas que possuem dívidas em disputa administrativa com a Receita Federal até o valor de R\$ 50 milhões, o programa possibilita, via negociação, reduções de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais para os créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

SALDO DEVEDOR

"Há a possibilidade de pagamento do saldo devedor em até 120 parcelas mensais e sucessivas, bem como uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de até 70% da dívida, após os descontos, entre outras vantagens", informou o Ministério da Fazenda.

Ainda segundo o ministério,

há vantagens especiais para pessoa natural, microempresa, empresa de pequeno porte, santas casas de misericórdia, cooperativas e demais organizações da sociedade civil ou instituições de ensino.

"Para esses, os limites máximos de redução previstos serão maiores, de 70% sobre o valor total de cada crédito, e o prazo máximo de quitação aumenta para até 140 meses".

TBU

Receita avalia alterar cobrança de multinacionais para salvar tributação mínima

MARIANA CARNEIRO/AE

A Receita Federal avalia propor alterações nas regras de tributação que incidem sobre as multinacionais brasileiras, a chamada TBU (Tributação sobre Bases Universais). A medida é uma forma de destravar, no Congresso Nacional, a tramitação da medida provisória que fixou uma tributação mínima de 15% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre essas empresas.

"Novamente o governo tenta aumentar a arrecadação por medida provisória, sem discutir com o Congresso e com os setores. Não admitimos isso", afirma Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

A MP foi baixada às vésperas do primeiro turno das eleições municipais, em 3 de outubro, quando os políticos estavam fora de Brasília. O governo alega que enviou uma MP para garantir a tributação já em 2025, uma vez que pela regra da anterioridade, uma nova tributação só pode começar a valer no ano seguinte à sua aprovação legal.

Pelo lado das empresas, a mobilização contrária é liderada pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que reúne as maiores companhias do País, muitas delas multinacionais, como BRF, Gerdau e Ambev.

A queixa é de que a equipe econômica apresentou uma norma que tira a potência de redutores tributários, como os Juros sobre Capital Próprio (JCP), e incentivos para empresas situadas na Região Norte (Sudam) e Nordeste (Sudene), sem mexer na estrutura da tributação sobre a renda de pessoa jurídica. Como consequência, as empresas pagarão mais impostos.

As empresas querem que a Receita pelo menos baixe para 15% a tributação sobre lucros no exterior, a fim de criar um alinhamento com as alíquotas internacionais. O argumento é que o governo escolheu seguir apenas o que lhe convém nas

convenções internacionais sobre a tributação das empresas, e que deveria discutir de forma mais ampla, sob pena de punir principalmente as multinacionais brasileiras.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirma que a Receita trabalha na reformulação da tributação das multinacionais, mas que não houve tempo para apresentá-la. Ele participou de reunião na Frente Parlamentar do Empreendedorismo nesta terça-feira.

Segundo ele, o governo deverá propor, até o fim deste ano a prorrogação dos redutores que incidem sobre a tributação das multinacionais e que reduzem em nove pontos percentuais a taxa - em vez de 34%, a cobrança cai para 25%.

Passarinho afirma que o sinal é positivo mas reivindica que o governo envie a reformulação de toda TBU durante a tramitação da MP. "O governo não pode começar a tributar imediatamente e deixar a solução do problema para o ano que vem", afirmou.

O QUE DIZ A MP

O governo baixou a MP alegando que se trata de uma medida neutra, ou seja, não aumentará a carga tributária e que a iniciativa segue parâmetros do chamado pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que visa a desestimular a guerra

tributária entre os países fixando como mínimo uma tributação global de 15%.

Grandes empresas têm deslocado suas sedes atrás de países que não recolhem impostos ou que têm a tributação reduzida. A diretoria da OCDE tenta frear este movimento.

A União Europeia e o Japão já aderiram à regra, mas EUA e China, as maiores economias do mundo, não. A partir de 2027, caso esses países tributem com alíquota inferior a 20% as suas empresas, as controladas delas no exterior poderão ser tributadas pelos países que adotam a regra da OCDE em 15%.

A FPE e a Abrasca argumentam que a medida vai sobretaxar de imediato multinacionais americanas e chinesas e a maior parte das instaladas no Brasil (sete em cada dez multinacionais), pois seus países-sede ainda não aderiram à norma da OCDE e talvez nem o façam.

Para as multinacionais brasileiras, a questão é ainda pior. A Receita Federal do Brasil não aceita que a tributação sobre lucros no exterior seja abatida no País e muitas são bitributadas quando internalizam seus ganhos no Brasil a uma alíquota que somando Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e CSLL pode chegar a 34%.

Essas empresas, no entanto, obtêm alíquotas efetivas mais baixas em razão de atenuadores tributários, que vencerão em 31 de dezembro. Somados a outros

atenuadores que incidem sobre a operação interna, como JCP e incentivos regionais, a tributação de fato cai para algo perto de 25%, segundo a PwC, que assessora a Abrasca na contenda.

Dessa forma, fixar uma tributação de 15% nas operações internas sem permitir que sejam descontados da base de cálculo estes benefícios nem mexer na tributação que incide sobre a parcela do lucro no exterior fará com que as empresas paguem até 9,4 pontos percentuais a mais em impostos do que o mínimo global de 15%.

Um indicio de que haverá aumento da tributação é que o próprio governo estima que pode arrecadar R\$ 8 bilhões com a medida. O número é considerado conservador pela PwC e pode ser ainda maior

NO RADAR

A tributação do lucro das empresas é parte da discussão da reforma da renda porque, atualmente, o Brasil não tributa lucros e dividendos de seus acionistas.

O governo vem defendendo taxar a renda dos sócios e, em contrapartida, reduzir a tributação sobre as empresas, com o argumento de que isso vai melhorar a competitividade das companhias.

Neste sentido, Passarinho acredita que o governo, ao editar a MP, antecipou um tema que deveria ser debatido no âmbito da segunda etapa da reforma tributária e que a iniciativa é meramente arrecadatória. Eles apostam que o discurso pode inflamar a bancada de partidos de centro-direita e do centrão, majoritária no Parlamento, contra a medida da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele se queixa ainda de que o texto da norma, na medida provisória, prevê que a regulamentação seja toda feita pela Receita por meio de instruções normativas em 150 artigos.

"Assuntos tributários não podem ficar para regulamentação, não podem ficar à mercê do governante de plantão", afirmou.

CIDADES VERDES

Governo anuncia metas de públicos e privados para mobilidade

AMANDA PUPO/AE

O governo Lula vai anunciar hoje, novas previsões de investimentos, públicos e privados, para a chamada "missão 3" da nova política industrial, voltada à mobilidade verde e cidades sustentáveis. O evento vai acontecer no Palácio do Planalto, às 11 horas, e deve contar com a presença do presidente da República,

Luiz Inácio Lula da Silva, e do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Também estarão o ministro das Cidades, Jader Filho, e representantes da indústria da construção civil e de entidades deste e de outros setores. No evento, o governo também apresentará as metas específicas da missão 3.

DURIGAN

Câmara pode votar na semana destaques de 2º projeto da tributária

AMANDA PUPO E FERNANDA TRISOTTO/AE

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem, que "possivelmente" nesta semana a Câmara dos Deputados deverá votar os destaques do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária. O texto-base foi aprovado pelos deputados em 13 de agosto, e desde então os destaques que podem alterar a proposta estão pendentes de deliberação.

O projeto de lei complementar (PLP) 108 institui o Co-

mitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), trata da distribuição das receitas para Estados e municípios e também de imposto sobre herança e transmissão de imóveis.

A declaração de Durigan ocorreu em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que começa agora a debater com mais intensidade o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária sobre o consumo. O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, também é participante.

BALANÇO

Visa amplia lucro no 4º trimestre fiscal para US\$ 5,3 bilhões

PATRICIA LARA/AE

A Visa anunciou lucro líquido de US\$ 5,3 bilhões no quarto trimestre fiscal, de acordo com balanço divulgado ontem. O resultado representou crescimento de 14% sobre o mesmo período de 2023.

O lucro por ação nos três meses até setembro ficou em US\$ 2,65, acima do US\$ 2,58 previsto por analistas consul-

tados pela FactSet.

O faturamento líquido da companhia de cartão de crédito foi de US\$ 9,6 bilhões, um aumento de 12% em base nominal e em moeda constante. Esse número também superou a projeção do mercado, que era de US\$ 9,4 bilhões.

O conselho de diretores da companhia anunciou a elevação do dividendo trimestral em 13% para US\$ 0,59 por ação.

Topázio Energética S.A.

CNPJ/ME nº 09.627.323/0001-84 - NIRE: 3530059917-9
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 15 de Outubro de 2024
Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de outubro de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia Topázio Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Engenheiro Francisco Pitta Brito, nº 138, Bloco 12, Sala 1, bairro Jardim Promissão, na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, CEP 04.753-900. **Convocação e Presença.** Presentes os acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social, dispensado o aviso de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), conforme assinaturas do Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado dos exercícios sociais encerrados em 2023; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. Ata Registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 384.521/24-1 em sessão de 18 de outubro de 2024, e sua versão na íntegra está disponível no website <https://diariodacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/>.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2.024. Ref.: Notificação Extrajudicial para lavratura da escritura definitiva de compra e venda. Ilmo. Sra. EUGENIE MARCELLE RIBEIRO MOREIRA, endereço desconhecido. **GETULIO MAC CORD DE FARIA**, brasileiro, engenheiro, divorciado, declara sob as penas da lei que não vive em união estável, portador da CNH nº 01628466713, expedida por DETRAN/RJ, aos 28/09/2016, inscrito no CPF sob o nº 739.332.797-04, endereço eletrônico getulio.maccord@gmail.com e telefone: +55 21 98728-4627, residente e domiciliado na Avenida Prado Júnior nº 78 apartamento nº 21, Copacabana, Rio de Janeiro-RJ, vem por meio desta, **lhe NOTIFICAR** que providencie a lavratura da escritura definitiva do Imóvel situado na Rua Ronaldo de carvalho nº 45 aptº 503 - Copacabana. Com o intuito de solucionarmos amigável e extrajudicialmente a questão, pedimos que vossa senhoria, **faça** a presente escritura no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de sermos obrigados a tomarmos as medidas judiciais cabíveis. Certos de que seremos prontamente atendidos nesse cordial pedido, aguardado retorno. Atenciosamente. **Getulio Mac Cord de Faria**

UTC Internacional Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 37.241.124/0001-79 - NIRE 35.300.551.435
Edital
UTC Internacional Engenharia S.A., com sede à Rua Alexandre Dumas, 2100, 1º andar, cj. 11 - sl. 1102, Chácara Santo Antônio - São Paulo, São Paulo, CEP: 04717-913, registrada na JUCESP sob o NIRE 3530055143-5, pelo processo nº 2024/00740344-9, de 04/09/2024, deferido por Decisão Singular de 16/10/2024, arquivado como "Documento de Armazéns Gerais" sob o nº 00006505269, de 17/10/2024, requer Carta de Matrícula de Armazém Geral para a unidade armazenadora localizada na Rua Monsenhor Raeder, 273, Barreto - Niterói, Rio de Janeiro, CEP: 24110-814, NIRE 33.9.0163823-1 nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, c/c art. 1º da IN/DREI nº 52, de 29/07/2022, razão pela qual faz saber o Regulamento Interno, o Memorial Descritivo das características da(s) unidade(s) armazenadora(s) e as Tarifas Remuneratórias, conforme cópias que a este acompanham. **Alexandre Pereira Velloso** - Vice-Presidente e Corregedor no exercício da Presidência - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ID: 5089543-5.

CONGRESSO

São Paulo apresenta avanços nas Políticas Públicas sobre Drogas

O Governo do Estado de São Paulo apresentou avanços de suas políticas públicas sobre drogas no 9º Congresso Internacional Freemind, em Serra Negra. O evento, que é um dos maiores da América Latina no campo da prevenção, tratamento e reinserção social de dependentes químicos, reúne especialistas, gestores públicos e representantes de organizações até o próximo dia 1º.

Representando o Governo do Estado, o vice-governador Felício Ramuth destacou as iniciativas e o compromisso da atual gestão com a prevenção, o cuidado aos dependentes químicos e o apoio às suas famílias. Ramuth enfatizou que uma das primeiras medidas da gestão foi regulamentar a Lei nº 17.183, de 2019, que estabelece a Política Estadual sobre Drogas.

"Quando assumimos o governo, não havia uma lei efetiva sobre políticas de drogas", pontuou o vice-governador, que também coordena a integração das políticas públicas sobre drogas no estado.

A regulamentação permitiu ao estado implementar um conjunto de ações, desde a prevenção e acolhimento até o tratamento dos dependentes, com programas que integram as áreas de assistência social e saúde, além de parcerias com comunidades terapêuticas e instituições especializadas.

"Essas políticas visam não só reduzir o uso de substâncias psicoativas, mas também levar os dependentes à autonomia e independência", explicou Ramuth, destacando que este é o principal foco.

A política pública sobre drogas do governo paulista é baseada em cinco diretrizes fundamentais: intersectorialidade, territorialidade, transparência, integração e articulação. Essas diretrizes são distribuídas em eixos estratégicos que incluem tratamento, redução de oferta e demanda, assistência, gestão e governança e a abordagem nas cenas abertas de uso.

O vice-governador enfatizou ainda a criação do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas, localizado na área central de São Paulo, que acolhe e oferece tratamento para dependentes, principalmente os que se encontram nas cenas abertas de uso da capital paulista. Em funcionamento há um ano e meio, o HUB já realizou mais de 42 mil atendimentos e encaminhou 17.716 usuários para hospitais especializados e comunidades terapêuticas.

"O HUB é um equipamento público que já demonstrou sua eficácia, oferecendo um trabalho essencial no acolhimento e tratamento dos dependentes químicos", ressaltou.

O governo paulista também ampliou as vagas em hospitais e casas terapêuticas e lançou os Espaços Prevenir, que oferecem suporte psicoemocional, fortalecendo vínculos familiares e prevenindo recaídas. Os Espaços contam com equipes multidisciplinares, incluindo assistentes sociais, educadores, psicólogos e pedagogos, para garantir um atendimento integral e humanizado aos dependentes.

Outro avanço significativo foi o diálogo com a sociedade com a participação social ativa e a posse dos conselheiros do Conselho Estadual sobre Drogas (CONED), que atua para aperfeiçoar as ações de prevenção, redução de danos, tratamento e reinserção social dos usuários. Segundo Ramuth, o CONED tem um papel crucial no fortalecimento da política pública de drogas, contribuindo para a redução da oferta e para a recuperação das pessoas afetadas pelo uso e abuso de substâncias.

Com essas iniciativas, o Governo de São Paulo reafirma seu compromisso com políticas públicas efetivas e humanizadas, destinadas à prevenção e ao tratamento de dependentes, visando promover a autonomia e melhorar a qualidade de vida dos dependentes.

TARCÍSIO MARTELADA

Tarcísio faz leilão de PPP para construção de escolas

ISABELA MOYA/AE

O governo do Estado de São Paulo realizou leilão na Bolsa de Valores (B3), ontem, para a Parceria Público-Privada (PPP) que ficará responsável pela construção, manutenção, conservação predial, gestão e operação dos serviços não pedagógicos de 17 novas escolas no interior de São Paulo. O vencedor foi o Consórcio Novas Escolas Oeste SP.

Os serviços terceirizados envolvem os trabalhos de manutenção predial e de equipamentos das escolas; limpeza; vigilância e portaria; jardinagem e controle de pragas; alimentação, além de auxílio nas atividades descritas como "apoio aos alunos que não conseguem acessar com autonomia as instalações escolares". Não há previsão de interferências pedagógicas ou curriculares das empresas que vão construir e realizar a manutenção das escolas.

O consórcio vencedor tem como empresa líder a Engeform Engenharia, que junto com outras companhias administra também sete cemitérios na cidade de São Paulo: Consolação, Quarta Parada, Santana, Tremembé, Vila Formosa I e II e Vila Mariana.

Apesar da previsão de não interferência pedagógica, alguns movimentos criticam a iniciativa do governo de terceirizar a construção e manutenção das unidades escolares. O Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo (Apeoesp), por exemplo, organizou um ato em frente à B3 se manifestando contra o leilão.

A Secretaria de Educação garante que o ensino continuará gratuito e que as atividades pedagógicas seguem sob responsabilidade do Estado. Afirma ainda que a parceria com a iniciativa privada irá modernizar as escolas da rede pública estadual, dando mais tempo aos professores para focar na parte pedagógica.

"Teremos a iniciativa privada cuidando da segurança patrimonial,

da manutenção, da confecção da merenda, enquanto diretores, coordenadores pedagógicos e professores cuidam do ensino. Queremos dar ferramentas, como infraestrutura de excelência, para que nossos alunos vençam e se liguem ao mercado de trabalho, entendendo suas habilidades e aspirações", disse o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Artesp) será responsável pela regulação e fiscalização dos serviços prestados pela concessionária.

R\$ 11,9 MILHÕES

A empresa venceu a disputa contra outros quatro concorrentes, com a proposta de receber R\$ 11,9 milhões por mês do governo, o menor valor para a prestação dos serviços. O montante representa um deságio de 21,43% sobre o valor máximo de contraprestação pública proposto pelo governo, de R\$ 15,2 milhões mensais. O segundo colocado ofereceu deságio de 14,8% (fica com a concessão o consórcio que oferecer o maior desconto para a construção das escolas).

"Esse projeto está muito alinhado com a nossa proposta de infraestrutura. Vamos oferecer o melhor serviço para a educação pública do Estado de São Paulo", diz Marcelo Castro, CEO do grupo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, vencedor do leilão.

Os lances finais no leilão foram:

1. Consórcio Novas Escolas Oeste SP (Empresa líder: Engeform Engenharia LTDA): R\$ 11.989.753,71 (21,43% de deságio);
2. CS Infra S/A: R\$ 12.996.831 milhões (14,83% de deságio);
3. Consórcio Jope ISB (Empresa Líder: Jope Infraestrutura Social Brasil S/A): R\$ 13.474.548,21 (11,70% de deságio);
4. Consórcio SP + Escolas (Em-

presa Líder: Agrimat Engenharia e Empreendimentos LTDA): R\$ 13.961.340 (8,51% de deságio);

5. Consórcio Novas Escolas SP (Empresa líder: PCS II Infra Fundo de Investimento em Participações): R\$ 14.908.984,83 (2,30% de deságio).

Os investimentos de R\$ 1,1 bilhão para o Lote Oeste permitirão a construção de 462 novas salas de aula e 17.160 vagas para alunos de ensino fundamental e médio, em 14 municípios

- O Lote Oeste terá escolas em: Araras, Bebedouro, Campinas, Itatiba, Jardinópolis, Lins, Marília, Olímpia, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São José do Rio Preto, Sertãozinho e Taquaritinga.

Além dessas 17 escolas do Lote Oeste, cuja construção e manutenção será comandada pelo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, há ainda 16 escolas do Lote Leste, que terão a construção leiloadas na próxima segunda-feira, 4, também na B3.

- O Lote Leste terá escolas em: Auaí, Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Leme, Limeira, Peruíbe, Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano.

A ideia do governo do Estado é construir 33 escolas em tempo integral por meio de PPPs em 29 cidades (Campinas está tanto no lote Leste, como no Oeste). Ao considerar o total de 33 novas escolas que serão construídas, o investimento previsto é de cerca de R\$ 2,1 bilhões para atender a 34,8 mil estudantes.

A estrutura das unidades escolares contará com ambientes integrados e interligados, uso interativo de tecnologia, auditório de múltiplo uso, ampliação de espaços esportivos e culturais, espaços de vivência, espaços para estudo individualizado e espaços de inovação, segundo o governo.

MARATONA DE LEILÕES

Além dos leilões das novas es-

colas, o governo estadual tem uma série de leilões de outros projetos programados para os meses de outubro e novembro: o da concessão rodoviária conhecido como Rota Sorocabana; o leilão para operação do serviço de loteria do Estado; e o do Lote Nova Raposo.

PROTESTO

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp) se manifestou contra a privatização das escolas e reforçou que toda a gestão de uma escola pública deve ser pública e democrática. "Escola pública não é espaço para gerar lucros para empresas. A terceirização que já ocorre nas escolas é repleta de problemas. A todo momento as empresas deixam as escolas sem os serviços, atrasam salários ou não pagam seus funcionários", protestou o sindicato em nota.

Durante o leilão, além da Apeoesp, entidades e associações de defesa do ensino como a Associação Regional dos Estudantes Secundaristas do ABC (Ares), União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes SP) e representantes de partidos políticos fizeram uma manifestação contra a concessão.

A Apeoesp ressalta ainda que, de acordo com a Constituição brasileira, o Estado é responsável por garantir o acesso da população a direitos básicos, incluindo a educação, e que para oferecer serviços públicos de qualidade necessita de servidores públicos valorizados e com boas condições de trabalho e estrutura adequada.

"Escola pública não pode ser privatizada. Tem que ser gratuita, laica, de qualidade, acessível a todos. Escola pública tem que ser dirigida pela direção escolar e pelo Conselho da Escola, com participação de professores, estudantes, funcionários, mães, não por empresas ou grupos privados", afirma a Apeoesp.

PROJETO

Em menos de 1 minuto, Alesp aprova reeleição

VINÍCIUS NOVAIS/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou em menos de um minuto ontem, uma proposta que permite a reeleição do presidente da Alesp. A sessão foi conduzida pelo presidente da CCJ, deputado Thiago Auricchio (PL). O presidente da Assembleia, André do Prado, também é filiado ao PL. O texto agora segue para votação em plenário.

Depois da aprovação, parlamentares elogiaram a rapidez e riram da situação. "Muito bom, o senhor (Auricchio) está se superando a cada dia", afir-

mou o deputado Danilo Campetti (Republicanos). Ao fundo da transmissão é possível ouvir pessoas dizendo, aos risos, que a sessão foi rápida.

A PEC foi proposta pelo deputado Carlos Cezar (PL), com 53 assinaturas. A mudança proposta está no segundo parágrafo do artigo 11 da Constituição do Estado de São Paulo, que deixaria de vetar a reeleição do presidente da Assembleia. Um terceiro mandato continua proibido.

O atual presidente foi eleito em março de 2023 e deveria ficar até 2025; se a mudança for aprovada pelo plenário, poderá se reeleger e comandar a Casa até 2027.

PROVÃO PAULISTA

Estudantes da terceira série do Ensino Médio iniciam provas hoje

Estudantes da rede estadual participam do primeiro dia de aplicação do Provão Paulista Seriado 2024 hoje. Os candidatos responderão as questões de Língua e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, além da elaboração de uma redação. Em todo o Estado, a prova será aplicada no período da manhã, às 8h, e os portões das escolas fecharão às 7h45.

Estão em disputa 15.390 vagas, sendo 1.500 para a Universidade de São Paulo (USP), 934 para a Universidade Estadual Paulista (Unesp), 325 para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 10.000 para as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) e 2.631 para a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

Os itens do Provão foram elaborados de acordo com o Currículo Paulista e buscam avaliar as diferentes habilidades que os estudantes desenvolveram ao longo de todo o Ensino Médio. Dessa forma, será exigido do candidato interpretação de texto e questões contextualizadas, assim como aquelas mais diretas, em que o conhecimento de área é mensurado em sua essência.

No primeiro dia de aplicação duas áreas do conhecimento serão avaliadas. A de Língua e suas Tecnologias inclui as disciplinas de língua portuguesa e língua inglesa. Já Ciências da Natureza e suas Tecnologias é formada pelos componentes de física, química e biologia.

O dia segue com a prova de redação, que exige a elaboração

de um texto dissertativo-argumentativo. É previsto um tema relevante e atual aos moldes do Enem e dos principais vestibulares do país.

CORREÇÃO DAS PROVAS

As questões objetivas serão corrigidas por meio de leitor óptico, no mesmo molde da edição de 2023. No caso da redação, a responsabilidade é de uma equipe de colaboradores treinada pela Fundação Vunesp, instituição organizadora da prova. A correção do texto deve levar em conta critérios como uso da norma culta, compreensão da proposta e capacidade de interpretação das informações.

COMO É O CÁLCULO

Por ser um processo seriado,

as notas conquistadas ao longo dos anos terão pesos crescentes. Para alunos matriculados na 3ª série, o cálculo é feito a partir do somatório da pontuação da 2ª série (em 2023) mais a da prova aplicada neste ano (2024). É obrigatória a participação na edição passada. Caso o aluno não tenha realizado a prova (quando estava na 2ª série), ele estará automaticamente desclassificado.

Cada instituição de ensino superior conveniada publicará a instrução normativa para definir o processo de matrícula e o ingresso do estudante em cada faculdade. O resultado do Provão Paulista e a primeira chamada para os futuros universitários estão previstos para o dia 20 de janeiro de 2025.

Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.
CNPJME nº 60.509.239/0001-13 - NIRE 35.300.044.606

Edital de 1ª Convocação para Assembleia Geral de Debituristas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário), na qualidade de representante da comunidade dos titulares das debêntures ("Debituristas") emitidas através do Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., conforme editado ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Emissora"), convoca os Debituristas a se reunirem, em Assembleia Geral de Debituristas (AGD), nos termos do Art. 124, §1º, inciso I e do Art. 171, §2º, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (Lei das S.A.), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022 (Resolução 81 CVM), a ser realizada de forma exclusivamente digital, através da plataforma eletrônica Microsoft Teams, em primeira convocação, no dia 22 de novembro de 2024, às 14 horas, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Debituristas devidamente habilitados nos termos deste edital, com voto a ser proferido exclusivamente através da participação da AGD, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Ordem do Dia; (ii) Tendo em vista o Vencimento Automático da Emissão, ocorrido em 15 de janeiro de 2024, aprovar a contratação de assessor legal para proteção dos direitos decorrentes do crédito da Emissão, através de ação de interrupção de prescrição, assim como, ações decorrentes, dentre as propostas disponibilizadas pelo Agente Fiduciário, com até 3(três) dias úteis de antecedência da AGD, através de solicitação por e-mail ao contencioso@pentagonofiduciaria.com.br; (iii) Autorização para que o Agente Fiduciário promova todas as medidas e pratique todos os atos necessários à efetivação das deliberações descritas acima. Informações Gerais: Informações adicionais sobre a AGD e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico contencioso@pentagonofiduciaria.com.br). A AGD será realizada através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário, via correio eletrônico (e-mail), àqueles Debituristas que enviarem, para o endereço eletrônico contencioso@pentagonofiduciaria.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, observado o disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debiturista; (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiros de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiros funcionais expedidas pelos órgãos de Administração Pública, desde que cobriam o seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último relatório social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debiturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iv) caso qualquer dos Debituristas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. Ressalta-se que os Debituristas poderão participar da AGD ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da AGD. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debituristas. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2024. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

OUTUBRO ROSA

Governo institui plano 'SP Por Todas com Saúde' para incentivar exames

Programa Mulheres de Peito permite que mulheres entre 50 e 69 anos possam realizar exame de mamografia sem pedido médico e de forma gratuita pelo SUS. Foto: Divulgação/Governo de SP.

O governador Tarcísio de Freitas publicou ontem, no Diário Oficial do Estado, decreto que institui o Plano Estadual "São Paulo Por Todas com Saúde", para in-

centivar as mulheres a adotarem os exames preventivos como parte essencial de sua rotina de cuidados com a saúde e o bem-estar. O planejamento estabelece a organização de atividades informativas e de conscientização, como palestras, workshops e divulgação de canais de atendimento, e também medidas como o abono de um dia de trabalho para que as

funcionárias da gestão pública estadual possam realizar exames.

"Em geral, as pessoas esquecem de cuidar do que é o mais importante, que é a própria saúde. Para mudar esse quadro, assinamos esse decreto para que, na administração pública, que é onde podemos estimular, tenhamos um dia dedicado onde as mulheres poderão agendar e fazer seus

exames, sem que essa dispensa seja descontada de seus vencimentos", afirmou o governador Tarcísio de Freitas. "É uma forma de incentivar a prevenção. Atualmente temos governança, mas também para estimular a iniciativa privada a fazer o mesmo", reforçou.

O "Plano Estadual São Paulo por Todas" será formatado e implementado pela Secretaria da Saúde (SES), com apoio da Secretaria de Políticas para Mulher (SPMulher) e outras áreas do Governo de SP. As ações poderão ser integradas a programas estaduais já existentes.

LAVA JATO

Gilmar anula condenações de Moro impostas a Dirceu

JULIANO GALISI, PEPITA ORTEGA E MAIÁ MENEZES/AE

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou as condenações impostas ao ex-ministro José Dirceu na Lava Jato, em um novo revés para a operação. A decisão atendeu ao pedido da defesa do ex-titular da Casa Civil e estendeu os efeitos do entendimento da Segunda Turma da Corte, que, em 2021, declarou a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro ao condenar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ação penal do triplex do Guarujá (SP).

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, havia defendido em parecer que a solicitação de Dirceu para anular duas sentenças de autoria de Moro - uma de 23 anos e outra de 11 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro - fosse rejeitada. Se a Procuradoria apresentar recurso contra a medida de Gilmar, o tema será levado para a Segunda Turma do STF, colegiado que declarou a suspeição de Moro.

No despacho, dado ontem, o ministro do STF mencionou "sete indícios de quebra da imparcialidade" de Moro enquanto titular da 13ª Vara Federal de Curitiba e falou em "conluio" envolvendo o então juiz e procuradores da extinta força-tarefa da operação. "O consórcio seguia cartilha mais ampla: a ideia era garantir que o juiz estivesse na dianteira de uma narrativa que culminaria na efetivação de um

projeto de poder, cujo itinerário passava por deslegitimar o PT e suas principais lideranças, como José Dirceu", diz trecho da decisão.

Na avaliação de Gilmar, a condenação de Dirceu foi usada como "alicerce" da denúncia oferecida contra Lula no caso do triplex, o que justifica o pedido de extensão feito pelo ex-ministro. "A mesma falta de isenção que havia em relação ao primeiro réu (Lula) também impediu que José Dirceu tivesse direito a um julgamento justo e imparcial."

DIVERGÊNCIA

A manifestação de Gonet diverge do entendimento de Gilmar. O procurador-geral afirmou que Dirceu teria de usar outro meio processual para alegar a suposta parcialidade de Moro, uma vez que o caso do ex-ministro é diferente do de Lula. "Não se repete decisão para casos que não sejam iguais", anotou.

O chefe do Ministério Público Federal pontuou que o pleito de Dirceu não atende a dois requisitos básicos que autorizem a extensão do benefício concedido a Lula: a condição de corréu entre o beneficiário da decisão e a pessoa que pede a extensão; e a impossibilidade de decisões "fundadas em motivos de ordem exclusivamente pessoal" serem estendidas.

O ex-ministro não foi acusado no caso do triplex, pivô da declaração de parcialidade de Moro. Além disso, conforme

Gonet, "motivos de caráter exclusivamente pessoal" nortearam a decisão que beneficiou Lula e, por "essa condição particular", os efeitos não poderiam alcançar Dirceu.

Gilmar discordou. Segundo o decano, "a imbricação das condutas a eles (Lula e Dirceu) atribuídas é tão profunda que, muito embora José Dirceu não tenha sido formalmente acusado no caso do triplex do Guarujá, seu nome foi citado nada mais nada menos do que 72 vezes na denúncia oferecida pela força-tarefa da Lava Jato".

'FELIZ'

Nesta terça, Dirceu disse ao Estadão que não poderia dar entrevistas, mas contou que recebeu a notícia da anulação das condenações por meio do amigo e ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha. "Fui orientado pelos advogados a não dar entrevista, porque ainda haverá recursos. Irá a plenário. Mas ontem (anteontem) foi um dia muito feliz. Quem ganha com essa decisão é o Brasil", afirmou o ex-ministro, no saguão do aeroporto de Congonhas, na capital paulista, antes de embarcar para o Rio. Ele circulou no local sem ser reconhecido.

ELEIÇÕES

Em nota, o advogado Roberto Podval, responsável pela defesa do ex-ministro, disse que a decisão de Gilmar "restituiu seus direitos políticos". Segundo Podval, "os processos tinham por objetivo real atingir o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, o que demonstra a quebra de parcialidade das ações".

Especialista em Direito Eleitoral, a advogada Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima afirmou que, a partir da decisão de Gilmar, causas de inelegibilidade não incidem mais sobre a situação de Dirceu. Segundo ela, com a anulação das condenações, ele retoma o direito de concorrer em eleições.

O advogado Marcos Jorge destacou que a medida do ministro do Supremo derrubou os dois processos que atraíam hipótese de inelegibilidade. "Não existe mais qualquer impedimento para que José Dirceu volte a disputar cargo eletivo", disse. "Ainda que se trate de decisão monocrática, ela provém de um tribunal a quem compete em última instância zelar pelo cumprimento da Constituição Federal."

PRESCRIÇÃO

Em maio, a Segunda Turma do STF extinguiu pena de oito anos e dez meses imposta por Moro a Dirceu. O processo envolvia uma condenação por propinas em contratos da Petrobras.

Três dos cinco ministros do colegiado entenderam que o crime teria sido consumado no momento da cobrança da propina. Com isso, o ano de prescrição foi marcado para 2009. Como a condenação de Dirceu é de 2017, a sentença foi considerada inválida pelos magistrados da Turma.

CÂMARA

Lira manobra e barra votação do PL da Anistia na CCJ

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) anunciou ontem a criação de uma comissão especial para analisar o projeto de lei 2.858 de 2022, que concede anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Com a manobra política de Lira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara cancelou a sessão prevista para votar o projeto ontem à tarde.

Com a criação da comissão, a tramitação do projeto pode se arrastar por até 40 sessões do plenário da Casa, atrasando uma possível aprovação da medida.

O presidente afirmou que a comissão seguirá rigorosamente os ritos e prazos regimentais. "Sempre com a responsabilidade e o respeito que são próprios deste Parlamento. E também nessa temática, é preciso buscar a formação de eventual convergência."

"O tema deve ser devidamente debatido pela Casa. Mas não pode jamais, pela sua complexidade, se converter em indevido elemento de disputa política, especialmente no contexto das eleições futuras para a Mesa Diretora da Câmara", disse Lira.

TENTATIVA DE GOLPE

No dia 8 de janeiro de 2023, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram as sedes dos Três Poderes, em Brasília, pedindo a adoção de um golpe militar no Brasil. Grupos inconformados com a vitória na eleição presidencial por Luiz Inácio Lula da Silva vinham, desde o dia 30 de outubro de 2022, acampando em

frente aos quartéis pedindo às Forças Armadas que impedissem a posse do novo presidente eleito.

Pessoas envolvidas nos protestos, no financiamento ou na organização dos atos vêm sendo condenadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por, entre outros delitos, o de tentativa de golpe de Estado.

O parecer de Valadares argumenta que as condenações são injustas, não houve tentativa de golpe no dia 8 de janeiro "devido à falta de liderança e a ausência de apoio militar" e que aquelas pessoas "não souberam naquele momento expressar seu anseio".

Se aprovada, a lei pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, que também é investigado nos inquéritos que apuram o 8 de janeiro.

Para especialistas ouvidos pela Agência Brasil, anistiar crimes contra a democracia é inconstitucional. "Essas pessoas estão sendo processadas e julgadas no STF. Se o Congresso resolver dar anistia a essas pessoas, ele está claramente fazendo uma invasão de uma competência que é do Supremo", afirmou a jurista Tânia Maria de Oliveira, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

No Brasil, é crime tentar depor, por meio da violência ou de grave ameaça, o governo legitimamente constituído ou impedir e restringir o exercício dos poderes constitucionais, conforme define a Lei 14.197/2021.

Essa legislação também considera crime incitar, publicamente, a animosidade entre as Forças Armadas e os demais poderes constitucionais. As penas variam e podem chegar a 12 anos de prisão.

8 DE JANEIRO

PF aponta ausência de Torres e 'falhas evidentes' na segurança do DF

WESLEY BIÃO/AE

A investigação da Polícia Federal (PF) sobre a atuação das forças de segurança do Distrito Federal durante os ataques aos Três Poderes, ocorridos em 8 de janeiro de 2023, identificou falhas "evidentes" por parte dos responsáveis durante a tentativa de golpe.

O documento foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, encaminhou o relatório à Procuradoria-Geral da República (PGR) na segunda-feira passada, para que se manifeste sobre o conteúdo.

O documento destaca a ausência do ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres no dia do ato. Nomeado para liderar a pasta logo após deixar o comando do Ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PL), ele viajou de férias para Orlando, nos Estados Unidos, na antevéspera dos ataques.

Acusado de conduta omissa, Torres foi preso quando retornou ao País, uma semana depois. Em maio de 2023, teve liberdade provisória concedida pelo Supremo, mas continua investigado pelo suposto envolvimento na tentativa de golpe.

Além do ex-secretário, o go-

vernador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), também figura entre os investigados. Os dois foram ouvidos pela PF e negam as falhas atribuídas.

O relatório da PF destaca a "falta de ações coordenadas" e a "restrição na difusão de informações cruciais" como fatores determinantes para a "ineficiência das forças de segurança".

"Conclui-se que as falhas da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) no enfrentamento das manifestações de 08/01/2023 são evidentes, especialmente pela ausência inesperada de seu principal líder, Anderson Gustavo

Torres, em um momento de extrema relevância aliado a falta de ações coordenadas e a difusão restrita de informações cruciais contidas no Relatório de Inteligência no 06/2023 foram fatores decisivos que contribuíram diretamente para a ineficiência da resposta das forças de segurança", diz o documento.

Para a corporação, além da ausência de Torres, a falta de ações coordenadas e a pouca difusão de informações que poderiam prevenir e evitar os ataques golpistas são elementos que demonstram as falhas das forças de segurança do DF.

JULGAMENTOS

CCJ aprova versão final de texto que 'freia STF'

LEVY TELES/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a redação final um projeto de lei que dificulta o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar casos de ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Se a proposição for aprovada, a Corte não poderá fazer nenhum julgamento do tipo se o tema já tiver tramitado em qualquer nível do Congresso Nacional pelo prazo de cinco anos.

O texto já tinha sido aprovado na CCJ em agosto e passou por um último ajuste feito pelo relator, Gilson Marques (Novo-SC). Como a proposta é terminativa, ela vai direto para o Senado Federal antes de ir a plenário. A bolsonarista Chris Tonietto (PL-RJ) é a autora da matéria.

As ADOs podem ser propostas ao STF quando houver omissão de algum dos Três Poderes. Foi um julgamento de ADO, aliás, que equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, em 2019. Pelo texto aprovado, se um tema é debatido no Congresso nos últimos cinco

anos, o Supremo fica impedido de apreciar ação que alegue omissão do Legislativo sobre o assunto.

Esse julgamento foi criticado por Marques, que disse que foi um "excesso" do STF. "Ao criminalizar condutas através de ADO, o STF assumiu papel legislativo, criando um novo tipo penal sem a devida deliberação pelo Congresso Nacional. Essa prática, se intensificada, pode fragilizar o sistema de freios e contrapesos e comprometer a democracia", afirmou. "A criminalização por omissão gera insegurança jurídica."

Esse projeto de lei faz parte do "pacote anti-STF" promovido pela presidente da CCJ, Caroline de Toni (PL-SC). No começo deste mês de outubro, o colegiado aprovou duas propostas de emenda à Constituição (PEC) e dois projetos de lei contra a Corte.

Essas medidas limitam as decisões monocráticas (tomadas individualmente) de ministros, dá a possibilidade de o Congresso sustar decisões do STF e aumenta o rol de possibilidades de impeachment dos juizes.

Nota

LOBISTA PEDIU PARA ADVOGADA 'PREPARAR DECISÃO COMO O CARA PRECISA' E DESEMBARGADOR ASSINAR

Apontados como lobistas na engrenagem de um suposto esquema de venda de sentenças nos Tribunais de Justiça de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul - raiz das suspeitas que respingam em gabinetes de ministros do Superior Tribunal de Justiça -, o advogado Roberto Zampieri e o empresário Anderson de Oliveira trocaram mais de 9 mil mensagens. O conteúdo dessas conversas, agora, está no radar da Polícia Federal. Um diálogo é considerado 'surpreendente' pelos investigadores. A reportagem buscou contato com os citados até a publicação deste texto, mas sem sucesso. O espaço está aberto para manifestações.

ELEIÇÕES 2024

7 de 25 candidatos apoiados por Bolsonaro venceram no 2º turno

GUILHERME CAETANO/AE

Entre os 25 candidatos apadrinhados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no segundo turno, apenas sete (28%) conseguiram derrotar seus adversários e se elegeram prefeitos neste domingo passado. Os vitoriosos mais identificados com Bolsonaro estão em Cuiabá e Aracaju, onde os "bolsonaristas raiz" Abílio Brunini (PL) e Emília Corrêa (PL) foram eleitos.

Brunini derrotou o adversário Lúdio por 53,80% a 46,20% e impediu o PT de governar a capital de um dos Estados mais associados ao agronegócio do País. Já Corrêa venceu com folga Luiz Roberto (PDT), por 57,46% a 42,54%, na capital sergipana.

São Paulo é um caso particular e sintetiza um problema que o ex-presidente vem exibindo

como cabo eleitoral nestas eleições. Apesar de ter indicado a vice do prefeito Ricardo Nunes (MDB), com o ex-coronel da PM Ricardo Mello Araújo (PL), Bolsonaro titubeou no apoio à chapa ao longo de toda a eleição, dando margem para que Pablo Marçal (PRTB) seduzisse parte do eleitorado.

Com Marçal fora do segundo turno, Bolsonaro ensaiou um apoio tímido na última semana de campanha, com resistência do núcleo duro da equipe de Nunes. Reeleito neste domingo com 58,35% sobre Guilherme Boulos (PSOL), o prefeito fez questão de atribuir a vitória não ao ex-presidente, mas ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que recebeu diretamente o bônus da vitória.

Caso similar ocorreu em Curitiba. Apesar de ter articulado o

bolsonarista Paulo Martins (PL) como vice de Eduardo Pimentel (PSD), que foi contabilizado por Bolsonaro no site que lançou em setembro para catalogar seus apoiados, o ex-presidente traiu o aliado às vésperas do primeiro turno e apoiou sua rival Cristina Graeml. A derrota da candidata do PMB (por 57,64% contra 42,36%), assim, caiu na conta de Bolsonaro.

No interior paulista, o ex-presidente teve duas vitórias: São José do Rio Preto, com Coronel Fabio Candido (PL), e Sumaré, com Henrique do Paraíso (Republicanos). Em Anápolis (GO), Márcio Corrêa (PL) ficou com a prefeitura.

Belo Horizonte deu um revés a Bolsonaro ao reeleger Fuad Noman (PSD) contra o ultrabolsonarista Bruno Engler (PL), que teve no balanque nomes de



ASSASSINATO

Preso, bicheiro Rogério de Andrade será levado para presídio federal

RENATA OKUMURA/AE

O bicheiro Rogério de Andrade será transferido para presídio federal, de acordo com informações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conforme decisão judicial, ele vai aguardar em Bangu 1 (presídio de segurança máxima do Rio) até a transferência ser realizada.

Ontem, ele foi preso acusado novamente pelo MP de ser o mandante do assassinato do rival Fernando Miranda Iggnácio, genro de Castor de Andrade, um dos mais famosos contraventores da história do Rio, em crime ocorrido em novembro de 2020.

A ação foi conduzida pelo Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência. Também foi cumprido mandado de prisão contra Gilmar Eneas Lisboa. A defesa também não foi localizada.

O GAECO/MPRJ denunciou os dois à Justiça pelo homicídio qualificado de Iggnácio. Segundo as investigações, Andrade seria o mandante do crime.

Andrade já tinha sido denunciado pela morte de Iggnácio em março de 2021.

no março de 2021. No entanto, em fevereiro de 2022, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu trancar a ação penal contra o contraventor, alegando falta de provas.

Por meio de novo Procedimento Investigatório Criminal (PIC), o MP afirma que identificou não apenas sucessivas execuções protagonizadas pela disputa entre os contraventores Iggnácio e Andrade, mas a participação de uma outra pessoa no homicídio de Iggnácio.

O GAECO/MPRJ denunciou Andrade e Lisboa à Justiça pelo homicídio qualificado de Iggnácio.

ENTRE HERDEIROS

Iggnácio e Andrade são, respectivamente, genro e sobrinho de Castor, que morreu vítima de um enfarte fulminante em 1997.

À época, o filho de Castor, Paulinho, era apontado como sucessor natural, mas ele foi assassinado cerca de um ano depois. Andrade chegou a responder como mandante do crime, mas foi absolvido.

Desde o falecimento do famoso contraventor, os herdeiros travam disputas pelo controle dos pontos de jogo do bicho e de máquinas caça-níqueis no Rio.

Nunes Marques suspendeu prisão de Rogério de Andrade em 2022

Em março de 2021, o MP-RJ ofereceu denúncia contra o bicheiro Rogério de Andrade na 1ª Vara Criminal do Rio e pediu a prisão preventiva dele e de outros denunciados. A demanda dos procuradores foi atendida, mas o caso virou alvo de uma disputa de recursos entre o bicheiro e o MP que só se deu por encerrada no STF. Os advogados do bicheiro pediram na mais alta instância da Justiça que o caso fosse trancado.

O processo de Andrade foi distribuído por prevenção ao ministro do STF, Kassio Nunes Marques, que já atuava como relator de um habeas corpus apresentado pelo chefe da segurança de Andrade, o policial reformado Márcio Araújo de Souza. O guarda-costas é acusado de ter contratado, a mando de Andrade, os criminosos que assassinaram Iggnácio.

Pouco mais de um mês após o caso do bicheiro chegar ao seu gabinete, Nunes Marques suspendeu o decreto de prisão preventiva até que a ação que pedia a suspensão do caso fosse julgada definitivamente. A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou contra a decisão do ministro.

Em fevereiro de 2022, a Segunda Turma do STF julgou o pedido do bicheiro e decidiu encerrar a ação penal oferecida pelo MP-RJ contra ele. Nunes Marques, na condição de relator do processo, argumentou que o trancamento do caso não impediria que as investigações continuassem, tampouco que nova denúncia fosse apresentada contra o bicheiro.

O voto de Nunes Marques foi acompanhado pelos ministros André Mendonça, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Apenas o ministro Edson Fachin divergiu do relator. Ele votou para restabelecer a prisão de Andrade e argumentou que o STF não deveria ter julgado o caso porque ainda havia pedidos da defesa pendentes de análise em instâncias inferiores da Justiça. O caso foi encerrado definitivamente na Suprema Corte em maio de 2022.

Os advogados de Andrade na ação que tramitou no STF são bem conectados no mundo jurídico. Um deles é o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Galloti, que assina a

petição inicial apresentada ao Supremo com pedido de reversão da prisão preventiva.

Outro nome importante do meio jurídico que integra a equipe é o ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) Rodrigo Collaço. Completam a equipe os juristas Ary Bergher e Rodrigo Martins, e a advogada Valeria Stelet, que defende a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, da qual Andrade é patrono.

TORNOZELEIRA

Em abril deste ano, outra decisão favorável ao bicheiro foi tomada pelo ministro Kassio Nunes Marques. Na ocasião, ele suspendeu a necessidade do uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento noturno de Rogério de Andrade.

Alvo de uma operação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público do Rio (MPRJ) em 2022, ele foi acusado à época de chefiar uma organização criminosa que controla o jogo do bicho em diversas partes do Rio.

Andrade chegou a ficar preso alguns meses em 2022, mas foi solto após um habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e passou a ser monitorado pelo equipamento eletrônico.

FERNANDO IGGNÁCIO

Fernando Miranda Iggnácio foi morto a tiros de fuzil, no dia 10 de novembro de 2020, no estacionamento do heliporto da empresa Heli-Rio Táxi Aéreo, após desembarcar de um helicóptero em um heliponto no Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro. A sua morte seria resultado da disputa pelo domínio do jogo do bicho, deixado por Castor de Andrade, um dos mais famosos contraventores da história do Rio de Janeiro.

Ontem Rogério de Andrade, foi preso acusado novamente pelo MP de ser o mandante do crime ocorrido em novembro de 2020. Iggnácio e Andrade são, respectivamente, genro e sobrinho de Castor, que morreu vítima de um infarto fulminante em 1997.

À época, o filho de Castor, Paulinho, era apontado como sucessor natural, mas ele foi assassinado cerca de um ano depois. Andrade chegou a responder como mandante do crime, mas foi absolvido.

EUA

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, discursou contra o embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelo governo dos Estados Unidos, durante sessão da assembleia geral das Nações Unidas, ontem na sede da entidade, em Nova York.

Em vigor há mais de 60 anos, o embargo prejudicou o desenvolvimento social e econômico do país caribenho e penalizou os mais pobres, afirmou o chanceler. "A persistência da medida afeta diretamente o exercício dos direitos humanos do

povo cubano, limitando o acesso a bens essenciais, como medicamentos e tecnologias indispensáveis para o desenvolvimento. O repúdio ao embargo econômico contra Cuba é, praticamente, um consenso internacional, e com razão", argumentou.

"O Brasil sustenta firmemente que as únicas sanções legítimas amparadas pelo direito internacional são aquelas adotadas pelo Conselho de Segurança no âmbito do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas", observou o chanceler, que reforçou a posição histórica do governo brasileiro sobre o tema.

"Hoje, com tantas vezes an-

tes, o Brasil reitera sua firme, categórica e constante oposição ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto contra Cuba. Rejeitamos também a aplicação extraterritorial de leis nacionais discriminatórias."

Mauro Vieira também abordou a situação de emergência energética em Cuba, que sofreu com apagões nas últimas semanas, situação agravada pelo embargo e pela passagem do furacão Oscar, que causou significativas perdas humanas e destruição no território.

Além de demonstrar solidariedade, o governo brasileiro informa ter ativado medidas de cooperação e assistência, com

fornecimento combustíveis e alimentos à ilha socialista. Em setembro de 2023, durante a 47ª Cúpula do G77 e China, Brasil e Cuba assinaram uma carta de intenções para estabelecer um programa de cooperação agrícola, incluindo a doação de 20 mil toneladas de arroz e 3,1 mil toneladas de leite em pó.

O ministro brasileiro ainda fez um apelo direto aos Estados Unidos para reconsiderarem sua política em relação a Cuba, eliminando as sanções e retirando o país da lista de Estados patrocinadores do terrorismo e promovendo "um diálogo construtivo baseado no respeito mútuo e na não interferência".

DIPLOMACIA

Amorim defende que Brasil deve insistir em diálogo com Venezuela

LUCAS PORDEUS LEON/ABRASIL

O Brasil deve insistir em ser um interlocutor junto à Venezuela, apesar dos atritos diplomáticos ocorridos após a eleição presidencial do dia 28 de julho, que resultou na reeleição ao presidente Nicolás Maduro, segundo argumentou, ontem, o embaixador Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República.

"Se o Brasil quiser ter uma influência positiva (na Venezuela), temos que manter uma interlocução. Estamos mantendo uma interlocução, mas diminuí o nível dessa interlocução desde a eleição", afirmou Amorim à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

O assessor da presidência disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conversa pessoalmente com Maduro des-

de antes da eleição, "por não ter recebido sinais de abertura para um diálogo franco".

Amorim acrescentou que, atualmente, há um "mal estar" entre os governos brasileiro e venezuelano em razão, entre outras coisas, da não apresentação dos dados eleitorais por mesa de votação prometidos pelo governo Maduro. O embaixador acrescentou que espera que esse mal-estar seja resolvido.

"Se queremos ter alguma influência no processo de democratização da Venezuela, temos que ter alguma interlocução. Se não, vem outros. Você tem de um lado os estados Unidos e, do outro lado, tem países distantes. Não queremos que a Venezuela seja palco de uma Guerra Fria ou de um conflito na Amazônia", disse.

O embaixador afirmou que se ocupa da Venezuela há 30 anos, desde quando era ministro das

Relações Exteriores do governo de Itamar Franco. Ele disse que ouviu, naquela época, comentários golpistas de empresários venezuelanos contra o então presidente Rafael Caldeira.

"Na Venezuela, a construção da democracia depende ainda de um consenso básico sobre os princípios da convivência política. Não se limita a uma questão puramente política, mas envolve toda a sociedade que é extremamente dividida e desigual. Por isso, trata-se de um processo longo. Cada eleição é importante por si mesma, mas faz parte de um conjunto mais amplo", afirmou.

De acordo com Amorim, é preciso um grande esforço de diálogo e negociação uma vez que o governo brasileiro deseja que o vizinho seja estável. "Nesse sentido, assinalo que nos próximos anos estão previstas eleições regionais e parlamentares,

é um risco, mas também uma oportunidade. Se um país quer ter importância positiva, não pode se desqualificar como interlocutor", explicou.

ENTENDA

O Brasil tem se afastado diplomaticamente da Venezuela depois da eleição de 28 de julho. A eleição foi contestada pela oposição, por organismos internacionais e países, entre eles, o Brasil, pelo fato de os dados eleitorais por mesa de votação não terem sido apresentados.

Na última semana, a Venezuela acusou o Brasil de vetar a participação dela no Brics, que deve convidar 13 novos países como membros associados. A Venezuela, apesar de querer entrar no bloco, ficou de fora da nova lista. Segundo Amorim, a reação da Venezuela em relação ao Brics foi "desproporcional".

Nicolás Maduro pede que Lula se manifeste sobre veto do Brasil da Venezuela no Brics

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, pediu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se manifeste sobre a decisão do Brasil de impedir que a Venezuela faça parte do Brics "Prefiro ser cauteloso. Espere que Lula observe, esteja bem in-

formado dos acontecimentos, e que ele como chefe de Estado diga o que tem a dizer", afirmou Maduro na segunda-feira passada, durante seu programa de rádio e televisão, quando questionado sobre o assunto.

O líder venezuelano disse

que nove membros do Brics apoiaram o ingresso do país no bloco, durante o encontro de cúpula da semana passada, realizado na Rússia. O Brasil, porém, bloqueou a iniciativa.

Maduro ainda criticou o Ministério das Relações Exteriores,

ao dizer que o prédio da pasta em Brasília "é há muitos anos uma potência dentro do poder do Brasil" e "sempre conspirou contra a Venezuela". "O veto do Itamaraty não poderá impedir nosso caminho no Brics", afirmou.

TECNOLOGIA

Tesouro dos EUA anuncia regras para restringir investimentos na China

LAÍS ADRIANA/AE

O Departamento do Tesouro dos EUA anunciou na segunda-feira, uma série de regras para restringir e monitorar investimentos norte-americanos em tecnologia na China, classificando o país e as regiões administrativas de Hong Kong e Macau como "de preocupação". Segundo comunicado, o objetivo é "proteger a segurança nacional dos EUA" ao evitar que tecnologias críticas sejam utilizadas em inovações militares da China.

O conjunto de regras finalizado complementa o decreto executivo lançado pelo presidente Joe Biden em agosto de 2023, que limitava o acesso de financiamento americano para tec-

nologias dos setores de inteligência artificial (IA), chips de computadores e computação quântica. A nova regulamentação entrará em vigor a partir de 2 de janeiro de 2025.

Secretário-assistente do Tesouro para Segurança de Investimentos, Paul Rosen afirmou que investimentos americanos podem significar mais do que recursos em dinheiro e que, assim, as regras incluem também "benefícios intangíveis", como assistência em encontrar talentos ou em direcionar outras fontes de financiamento.

No comunicado, o Tesouro também cita proibição ao envio de materiais à China, como semicondutores ou softwares de IA.

Em nota, o Tesouro dos EUA afirmou que cidadãos sujeitos a pedidos de esclarecimento deverão detalhar todas as transações feitas no exterior em até 30 dias do recebimento de notificação do governo. Entre as penalidades para o descumprimento das regras, o Tesouro americano pode aplicar multas de aproximadamente US\$ 370 mil ou duas vezes o valor da transação.

Bloquear as ambições de alta tecnologia da China é uma das poucas questões que conta com amplo apoio em Washington, tanto de republicanos quanto de democratas.

O Ministério das Relações Exteriores da China disse na terça-feira que o governo havia registrado um protesto nos EUA con-

tra as regras. "A China lamenta e se opõe firmemente aos EUA implementando restrições ao investimento na China", disse o porta-voz Lin Jian, em uma coletiva em Pequim.

Em Hong Kong, o líder da cidade disse que a medida irá minar o investimento e o comércio, causando danos à cadeia de suprimentos global.

O governo Biden buscou comentários de empresas e aliados dos EUA antes de divulgar a versão final das regras, que inclui algumas exceções, como investimentos na China que atendam aos interesses de segurança nacional americanos ou em certos derivativos e ativos chineses que não se enquadram em potencial preocupação para a segurança americana.